

# Ministérios deverão cortar 50% dos seus gastos administrativos

por Arnolfo Carvalho  
de Brasília

**A Secretaria de Planejamento (Seplan) comunicou ontem aos ministérios que, além dos vetos presidenciais e do contingenciamento de 50% sobre o Orçamento Geral da União, todos os ministérios terão de cortar pela metade seus gastos com manutenção da máquina administrativa, de modo a economizar pelo menos outros NCz\$ 6 bilhões ao longo deste ano. Os cortes não atingem gastos com pessoal nem com pagamentos de dívidas.**

O titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), Pedro Pullen Parente, reuniu os técnicos da área orçamentária dos ministérios para explicar que o corte de 50% nas despesas cobertas pela rubrica "outros custeios e capital" já estava previsto no Decreto nº 97.456 e na Medida Provisória nº 32, já transformada em lei com a aprovação pelo Congresso.

Agora, cada ministério fará um levantamento com a sugestão de cortes em sua área, de forma a adequar a programação financeira do Tesouro Nacional ao Plano Verão. Na próxima segunda-feira, os secretários-gerais dos ministérios levarão as propostas de novos cortes à Seplan, para que a SOF possa dar continuidade à revisão técnica do Orçamento Geral da União para este ano.

A reunião de ontem, que durou duas horas, serviu também para a definição das funções da nova comissão técnico-consultiva da SOF, encarregada de acertar previamente com cada área a programação orçamentária de curto prazo, que orientará as liberações de recursos por parte da Secretaria do Tesouro Na-

cional. O contingenciamento e a proibição de empenho sem programação financeira, juntamente com o novo corte de 50% nos ministérios, são os principais instrumentos de contenção dos gastos na administração direta.

A SOF definiu também a composição dos grupos de trabalho setoriais que se encarregarão de apresentar subsídios, ao longo das próximas semanas, para a elaboração do projeto da futura lei de diretrizes orçamentárias, que será encaminhada ao Congresso até meados de abril. A tarefa, considerada prioritária pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, inclui a previsão de déficit público e do comportamento da dívida pública no próximo ano.

Assessores da Seplan informaram que o ministro Abreu não pretende arriscar-se a sofrer uma quarta ação popular, por parte de parlamentares, apenas para apressar o processo de restabelecimento de dotações orçamentárias vetadas. O governo sabe que há problemas com o Fundo de Financiamento às Exportações (Finex) e com outros créditos oficiais ao setor privado, mas só poderá restabelecer as verbas desses setores após o Congresso apreciar os vetos presidenciais ao Orçamento Geral da União.

No mês passado a Seplan entregou ao Gabinete Civil um projeto de lei solicitando créditos especiais para restabelecer essas e outras dotações, integrantes do orçamento de operações oficiais de crédito, no valor de NCz\$ 13,7 bilhões. Mas o projeto só deve ser encaminhado após o Congresso manifestar-se sobre os vetos.